

O Estado de S. Paulo

18/5/1984

Governo desapropria a usina abandonada na Transamazônica

Da sucursal de BRASÍLIA

O presidente Figueiredo assinou decreto declarando de interesse social para fins de desapropriação a usina Abraham Lincoln — Pacal — instalada desde o começo da década passada na Transamazônica, no Estado do Pará. Na justificativa encaminhada a Figueiredo, o ministro extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, explica que o complexo industrial de produção de açúcar e Álcool foi privatizado em 1981, dentro das diretrizes de desestatização do governo. No entanto, a empresa vencedora da licitação, a Conan, pertencente à Construtora e Incorporadora Carneiro da Cunha Nóbrega Legda, subestimou as necessidades de aporte de recursos próprios durante o período de carência, até o início do retorno dos investimentos efetuados e, com isso, passou a enfrentar dificuldades.

Em decorrência dos problemas financeiros, o trabalho na usina acabou paralisado e os trabalhadores, revoltados, no ano passado, chegaram a impedir, durante alguns dias, o tráfego da rodovia Transamazônica. A safra de 1983/1984 não foi realizada, causando prejuízos aos fornecedores de cana da região, que não dispõem de alternativas. Os empregados da usina passaram a não receber os seus salários, criando um sério clima de tensão social na região.

O Projeto Pacal foi implantado pelo Incra, dentro do projeto de colonização, no Pará, como resultado do Programa de Integração Nacional. Mesmo quando esteve administrada pelo Incra, a usina nunca atingiu os objetivos previstos. Ao lado dos problemas operacionais, os colonos assentados no projeto, nos últimos anos, vinham reivindicando a compra da usina, mas o Incra, quando promoveu a licitação, ponderou que os fornecedores de cana não tinham capital suficiente para gerir o patrimônio.

Para justificar a desapropriação, o decreto assinala que o complexo industrial de Pacal contém a única usina de açúcar existente na Amazônia Legal e se situa em área prioritária para a reforma agrária. Além disso, como a empresa abandonou o projeto, os colonos e os empregados da usina estão enfrentando problemas sérios. "A situação social na área — acentua o decreto — e o ônus aos cofres públicos exigem a adoção de medidas necessárias a assegurar a ordem e evitar que sejam danificados, ou destruídos, bens integrantes do complexo."

OUTRAS DESAPROPRIAÇÕES

Ontem, também, o presidente Figueiredo assinou decreto fixando como áreas prioritárias para fins de reforma agrária algumas glebas onde ocorriam disputas pela posse da terra: estão incluídas a gleba Azulolona/Gameleira, município de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, e a gleba Santana, no município de Coroatá, no Maranhão. Na gleba Azulona/Gameleira será implantado um projeto para o assentamento de 550 unidades familiares.

(Página 11)